

CONTRIBUIÇÕES DA DANÇA NO PROCESSO EDUCATIVO E INCLUSIVO DA TERCEIRA IDADE: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS

Raquel da Silva Freitas¹
Thays Emanuely Alves de Araújo²

RESUMO

Este trabalho é fruto da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica 3 oferecida pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco do Campus Acadêmico de Agreste. Assim, o presente trabalho tem como foco estudar as contribuições da dança no processo educativo e inclusivo da terceira idade, partindo de uma perspectiva de iniciativas que desenvolvam a autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade. A vista que, é possível afirmar a qualidade do processo de envelhecimento é fortemente influenciada por diversos fatores, tais como estilo de vida, traços hereditários, prática regular de exercícios, sedentarismo, e não somente pelos aspectos físicos, mas também em questões sociais e culturais. O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender como a dança auxilia no processo educativo e inclusivo dos idosos na sociedade. Em nossa análises percebemos que as atividades realizadas no CCI são fundamentais na vida desses sujeitos, visando a garantir-lhe atenção integral e a proporcionar sua participação ativa e cidadã, enquanto sujeito individual realizados suas atividades de forma autônoma e de coletiva a partir da socialização proporciona dentro de CCI e fora dele, a fim de que se torne um sujeito capaz de tomar as atitudes necessárias à sua vida.

Palavras-chave: Centro de Convivência dos Idosos; Processo Educativo; Dança.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica 3 oferecida pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco do Campus Acadêmico de Agreste e tem como objetivo trazer as experiências vivenciadas em um centro de convivência dos idosos.

Para trabalhar com esse temática é importante destacar que o envelhecimento é um processo fisiológico, que ocorre com todas as espécies de seres vivos. Com os avanços da ciência e da tecnologia, no que diz respeito à saúde, há um maior controle sobre doenças, o que tem promovido uma queda na taxa de mortalidade; os novos moldes culturais têm gerado uma queda também na taxa de fecundidade, devido, por exemplo, aos métodos anticoncepcionais e a uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

¹ Mestranda em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, raqueldasilvafreitas.ufpe@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, thaysemanuely.009@gmail.com

Esse contexto, tem propiciado uma mudança no perfil demográfico da população em nível mundial, sendo hoje o envelhecimento populacional um fenômeno considerável, apresentando um crescimento elevado da população idosa em comparação a outros grupos etários (Camarano, Kanso & Carvalho, 2019).

Assim, o presente trabalho tem como foco estudar as contribuições da dança no processo educativo e inclusivo da terceira idade, partindo de uma perspectiva de iniciativas que desenvolvam a autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade. A vista que, é possível afirmar que a qualidade do processo de envelhecimento é fortemente influenciada por diversos fatores, tais como estilo de vida, traços hereditários, prática regular de exercícios, sedentarismo, e não somente pelos aspectos físicos, mas também em questões sociais e culturais.

Tomamos o tema levando em consideração as contribuições da dança para a socialização da população idosa e o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa, em busca da melhoria da qualidade de vida compreendendo a função das ONGs, sindicatos, programas, entre tantos outros atuantes na educação não formal na sociedade. Partindo do pressuposto de que a dança auxilia no processo de educação e inclusão dos idosos na sociedade atual, temos como objetivo geral: compreender como a dança auxilia no processo educativo e inclusivo dos idosos na sociedade. E como objetivos específicos: a) Caracterizar a situação dos idosos na sociedade atual; b) Identificar o princípio educativo da dança; c) Descrever as possibilidades da socialização das pessoas idosas através da dança.

Nesse sentido, organizamos este artigo com uma abordagem qualitativa através de 6 (seis) seções, são elas: a) a Metodologia da pesquisa; b) a categoria “Idosos no Brasil: A legislação social e as implicações relativas aos direitos dos idosos”; c) a categoria “O princípio educativo da dança: a Educação não formal” d) A inclusão social de idosos através da dança; e) análise dos dados; f) conclusões.

1. METODOLOGIA

Em nossa pesquisa temos como finalidade compreender as práticas educativas realizadas no Centro de Convivência dos Idosos (CCI) para a inclusão destes sujeitos na sociedade e a reintegração dos mesmos nas suas próprias famílias, tornando-os cidadãos de direitos.

Nosso exercício de pesquisa é de abordagem qualitativa, que tem como direção a descrição dos fatos, sendo relevante a reflexão sobre a grande diversidade de fenômenos que ocorrem na sociedade. Segundo Minayo “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (1994, p. 21-22).

Para fundamentar a nossa pesquisa fizemos uso de autores e sites oficiais. Neste estudo utilizaremos dois tipos de pesquisas a exploratória e a explicativa. A exploratória que tem por objetivo explorar informações sobre um determinado objeto, possibilitando uma maior aproximação com o campo. Gil define a pesquisa exploratória sendo “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (2008, p. 27).

Em grande parte, a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Segundo Severino (2007, p. 123), “[...] delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objetivo. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa”. As explicativas buscam aprofundar o tema em estudo valendo-se da aplicação do método experimental. De acordo com Gil “Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (2008, p.28).

Com a utilização dessas técnicas de pesquisa, buscamos compreender as práticas educativas realizadas em espaços não escolares, como nos movimentos sociais, identificar as implicações positivas e/ou negativa na luta pela inclusão e integração dos idosos na sociedade.

O local da pesquisa é o Centro de Convivência dos Idosos (CCI), localizado em Altinho, no agreste do estado de Pernambuco, funciona de segunda à sexta das 8h às 16h, atendendo cerca de 100 (cem) idosos. O CCI é uma organização social que tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável, autônomo e que preza pela sociabilidade desses sujeitos no convívio social e familiar. Visa a garantia de direitos através de serviços especializados fornecidos em parceria com o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Os CCIs surgiram na década de 70, com a alternativa de promover participação social e caridade aos indivíduos com mais de 60 anos, no entanto, atualmente, a finalidade desses centros é promover um trabalho baseado na vivência, educação e inclusão dessa classe na sociedade. Portanto, caracterizam-se por serem um instrumento de proteção básica de direitos, assegurando o respeito, a diversidade, a liberdade e tendo caráter preventivo, o qual contribuem para um envelhecimento saudável, autônomo, participativo e produtivo.

Esta pesquisa realizou-se dentro de uma carga horária de trinta (30) horas, tendo em vista as aulas de dança que ocorrem três (3) vezes por semana, sendo na segunda, terça e quarta-feira à tarde. Nosso exercício foi desenvolvido através do diálogo com os seguintes colaboradores, a

coordenadora, a orientadora, o professor de dança e alguns idosos.

Para a realização da nossa pesquisa, buscamos nos aproximar dos sujeitos da área escolhida para o estudo, utilizamos a observação participante, na qual não permite ao pesquisador neutralidade. No entanto, permite uma maior aproximação com a realidade do campo da pesquisa. De acordo com Minayo com essa técnica “podemos captar uma variedade de situações ou fenômenos que são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observamos diretamente na própria realidade, transmite o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (1994, p. 60).

Para enriquecer a observação participante recorreremos as anotações de todos os relatos de experiências e conversas informais que nos auxiliam a obter relatos verídicos. Os relatos de experiências foram registrados nos diários de campo e para reforçar esses relatos, fizemos o uso de entrevistas semiestruturada, a qual nos permite um maior entrosamento entre entrevistador e entrevistado, dando lugar a novos questionamentos.

O diário de campo é o espaço do registro do pesquisador, no qual são registrados informações, conversas informais, gestos e comportamentos, sendo um importante instrumento de estudo de caso. Ele oferece um espaço para o registro de experiências empíricas, permitindo que se registre tudo que se relaciona com a pesquisa. Desta maneira, percebemos que o diário nos permite não só a escrita, mas a releitura do acontecimentos registrados diariamente.

Desta maneira, cada visita ao campo foi registrada no diário de campo, através das anotações sobre os acontecimentos do nosso campo de pesquisa, para que estes registros possam ser posteriormente relidos para que assim colaborem com a elaboração da análise.

Em nosso exercício de pesquisa utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo para uma primeira aproximação metodológica. A análise tem como finalidade fazer inferências fundamentadas na lógica explicitada, segundo Vala “A finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências com base numa lógica explicitada, sobre as margens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.” (2001, p. 104)

IDOSOS NO BRASIL: A LEGISLAÇÃO SOCIAL E AS IMPLICAÇÕES RELATIVAS AOS DIREITOS DOS IDOSOS

A população idosa vem crescendo cada vez mais no Brasil, devido a fatores de baixa mortalidade e baixa fecundidade, como vemos nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o aumento da terceira idade, a partir da comparação entre os anos de 1960, 2000 e 2010. Além disso outro aspecto encontrado é a “feminilização” da velhice, o que indica que existem mais mulheres idosas do que homens.

A tendência é de um aumento cada vez maior dessa população, pois, as melhorias no sistema de saúde, os programas que oferecem atividades culturais e de lazer, permitem cada vez mais esse desenvolvimento. O IBGE nos mostra que daqui a alguns anos será impossível reverter esta tendência de envelhecimento, já que a taxa de fecundidade tem caído muito nos últimos anos. Observam-se diversas mudanças presentes, e a principal delas é a conscientização obtida por esta classe que tem vivificado cada membro, percebendo que envelhecer não é um problema.

O envelhecimento da população é também decorrente do desenvolvimento social e do aumento da expectativa de vida. Como citado pela Secretaria de Direitos Humanos, “Uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de humanização é o envelhecimento de sua população, refletindo uma melhoria das condições de vida”. Com o crescimento da expectativa de vida surgem novas responsabilidades para a família, a sociedade e o Poder Público, que devem assegurar e validar os direitos dos idosos de exercer a sua cidadania que depende da cultura que está relacionada aos conceitos econômicos, políticos e sociais.

Um dos pontos que parece fundamental é apresentar a legislação específica: a Política Nacional do Idoso, Lei 8842/94; Política Nacional de Saúde do Idoso, Portaria 2528 de 19 de outubro de 2006; o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/ 2003. Este conjunto de leis possibilitam reconhecer o lugar social desse idoso, bem como identificar o significado da condição de cidadania desse segmento populacional. Esse modo de entender as condições de vida da população idosa associa-se a um entendimento de cidadania; tendo por objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”.

A constituição brasileira de 1988 expressa a compreensão de cidadania, que elencam alguns direitos sociais no artigo 6º, que visa possibilitar a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. E em específico a Lei 10.741, de 1º outubro de 2003, em seu art. 5º.

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

O que concebe a unidade familiar o dever de cuidar e zelar pelo bem-estar e pela garantia desses direitos, de maneira que haja respeito, liberdade e dignidade. Segundo Faleiros (2009, p. 161) “Na família, que hoje convive com várias gerações, é fundamental que a autonomia e

a cidadania envolvam essa condição objetiva e a relação subjetiva de consciência de necessidade mútua para que se construa o respeito.”

No entanto, existem situações em que isso não ocorre. Com as grandes e constantes mudanças sociais, a discriminação com os idosos em muitas ocasiões partem dos membros da família e quando não, parte de uma sociedade hostil, esses fatores fazem com que essa população fique cada vez mais a margem da sociedade.

Em relação as violações contra pessoas idosas, o DDH (Disque Direitos Humanos) registrou os seguintes números de janeiro a novembro de 2012: Negligência 68,7%; Psicológica 59,3%; Financeiro/Patrimonial 40,1%; Física 34,0%; Sexual 1,1%; Institucional 0,9%; Discriminação 0,8%; Outras violações 0,4%.

Observamos que a violência com os idosos é algo que cresce constantemente, como mostra os dados, com grande maioria de: negligência, que ocorre através da omissão da família ou de instituições em que os idosos se encontram sem cuidados proteção nem apoio; psicológico, que são qualquer tipo de menosprezo, preconceito, desprezo e discriminação; financeiro/Patrimonial, essa violência ocorre quando alguém usufrui de forma ilegal ou imprópria dos bens do idoso. Sendo qualquer ato violento que atinja o corpo da vítima. Segundo Faleiro (2009, p. 158) “O perfil geral da população de idosos reflete desigualdade de renda, de direito a seguridade social e à educação de cor/raça. A participação e a autonomia de decisão estão vinculadas a esta condição estrutural.”

O PRINCÍPIO EDUCATIVO DA DANÇA: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O conceito de formação neste trabalho está relacionado com a criação de meios para tornar os sujeitos cidadãos, autônomos e conscientes. E a dança compreendida como processo educativo e este pode ser adquirido de diversas formas, meios e com variadas intencionalidades.

Todos têm o direito à educação que possam garantir oportunidades para o sujeito manter seu bem estar na vida social. Enquanto saber científico auxilia a partir de uma pluralidade e diversidade de práticas educativas, outras práticas de educação e aprendizagem, com novos dispositivos organizacionais e sobre outras culturas de exercício profissional, para ajudar desenvolver a cidadania e a capacidade de organizar uma vida digna para cada um.

Comprendemos que a dança é um processo de extensão da formação, uma educação não formal. A educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade contribuindo assim para a inclusão e melhoria de vida dos idosos. Ela é um direito de todo ser humano como condição

necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática (GADOTTI, 2005). A dança é considerada uma educação não formal, no entanto, isso não significa que ela não é intencional ou planejada, pelo contrário possui objetivos, como afirma Gadotti (2005, p.02) “Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade”.

Assim consideramos que a dança, como educação não formal, promove para os idosos a formação em um ambiente mais descontraído. É importante destacar que a educação não formal não é uma área de senso comum, como usualmente é visto por tratar de educação que não são processos escolarizáveis. E ressaltar que ela estabelece uma formação integral dos sujeitos, se designando a processos que muitas vezes não estão presentes na educação escolar formal, assim como compreendido por Gohn, “são processos de auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc.” (2009, p. 31).

Sob o enfoque de educação de adultos o principal objetivo é a formação humana. Considera-se que a dança tem um grande potencial formativo, já que o seu aprendizado leva a utilização de movimentos pra expressar ideias, sentimentos, emoções, pensamentos que em sua essência integram os domínios humanos capazes de levar a pessoa a descobrir ou redescobrir sua identidade. Além de valorizar a cultura, busca desenvolver a inclusão dos indivíduos na sociedade. A partir da música que traz um resgate cultural dos sujeitos participantes e assim uma comunicação entre o sujeito com o momento educativo.

A experiência artística da dança desempenha um papel ímpar no projeto de educação dos idosos, enquanto possibilidade de contribuição para a autonomia e a liberdade, então emancipatória, com vistas à formação. A experiência formativa da dança é relacionada como apresenta Gohn (2009) envolvendo aprendizagens tanto de ordem subjetiva, relativa ao plano emocional e cognitivo das pessoas, como aprendizagem de habilidades corporais, técnicas, manuais etc., que os capacitam para o desenvolvimento de uma atividade de criação, resultando um produto como fruto do trabalho realizado.

Dessa forma, a produção social inserida em um projeto de educação emancipatória, na qual o discente/sujeito criativo e o docente experienciaria a dança e a sua relação com a sociedade, pensaria criticamente, refletiria sobre a realidade e, de modo específico, sobre os interesses dos sujeitos.

A INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS ATRAVÉS DA DANÇA

O envelhecimento é uma fase conturbada em relação as mudanças ocorridas no organismo e consequentemente na rotina, nesse contexto, com essas alterações eles acabam sendo isolados da vida social e das atividades cotidianas. O Centro de Convivência do Idoso vem descaracterizar a ideia da improdutividade e tem por objetivos resgatar a autoestima, autonomia, emancipação e socialização.

Tomamos o conceito de inclusão social, como os meios pelos quais todos participem da sociedade ativamente e com dignidade. Para isso, junto a inclusão social temos a proteção social que preserva a inclusão com meios de garantia dos direitos da população, no caso, idosa. O caminho da inclusão social corre paralelo à discussão do direito e da proteção social. Torres e Sá (2008) entendem por proteção social o conjunto de ações que visam prevenir riscos, reduzir impactos que podem causar malefícios à vida das pessoas e, consequentemente, à vida em sociedade.

Exclusão social ocorre quando um determinado grupo, ou parcela da sociedade é de alguma forma excluído dos seus direitos, ou ainda, tem seu acesso negado por ausência de informação, por estar fora do mercado de trabalho, entre outras coisas. A inclusão, portanto, significa fazer parte, se sentir pertencente, ser compreendido em sua condição da vida e humanidade

Inclusão e proteção social estão intrinsecamente relacionadas aos direitos sociais. O conjunto de leis, direitos e políticas que a Constituição Federal de 1988 compõe, temos a institucionalidade da proteção ao idoso no Brasil, que é uma forma de melhorar as condições de vida e de cidadania desse estrato populacional em crescimento.

Torres e Sá (2008) afirmam que com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, acarreta não somente no crescimento econômico, mas também as contradições presentes nesse modo de produção, quais sejam, a propagação do capital, que traz com ela um quadro de fragilização das relações de trabalho e a competição acirrada entre as pessoas, em busca de um lugar no mercado de trabalho. Assim com a competição acirrada acaba excluindo na maioria das vezes os idosos que são compreendidos como mais frágeis e menos produtivos.

Assim é possível identificar as desigualdades, a exclusão social vivenciada pela classe idosa. Nessa perspectiva entende-se que essa classe é inferiorizada, na medida em que vive em condição de dominação e exclusão, não só política, mas também, social. Como afirma Yazbek (1999)

À subalternidade é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade e se expressa em diferentes circunstâncias e condições da vida social, além da exploração do trabalho (Ex.: a condição do idoso, da mulher, do negro, etc.) (apud. TORRES; SÁ. 2008, p. 07).

Nesse sentido, a autonomia é um elemento central no processo do envelhecimento ativo, quando promove a autonomia das pessoas idosas e o direito à sua autodeterminação mantêm a sua dignidade, integridade e liberdade de escolha, sendo fundamental para a promoção de melhores condições de saúde podendo encontrar formas de burlar a sociedade exclusiva (apud. MISSIAS, TEIXEIRA, E NOVAES, 2014, p.202).

Além do sistema público de leis proteção e inclusão dos idosos temos também alguns projetos que ajudam a garantir a inclusão social desses sujeitos, entre eles o Centro de Convivência dos Idosos (CCI) que é um espaço para ações socioeducativas e de convivência para a terceira idade, tais como encontros, palestras, atividades artísticas e culturais. As atividades físicas realizadas pelo CCI são importantes para que se atinja o padrão desejado em certos aspectos da qualidade de vida e autonomia nesses indivíduos. Assim, a dança além de exercitar o corpo também trabalha com o sujeito questões relacionadas a expressão, trabalho em grupo entre outros. Entende-se que a saúde é um estado de situação de bem-estar físico, mental e social.

No Centro de Convivência os idosos compartilham suas angústias, tristezas, amores, alegrias, afetos, saberes, reduzindo assim sentimentos como insegurança e depressão. A dança é uma das aulas do centro de convivência dos idosos e pode promover esses aspectos a partir de uma organização que traga para o idoso uma experiência de vida de maneira positiva promovendo atividades associadas a esses fatores.

ANALISE DOS DADOS

Durante as observações notamos que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais do CCI é direcionado majoritariamente à população idosa que vive muitas vezes em condição de vulnerabilidade social, excluída do processo produtivo, da produção de bens e serviços. Assim, é um trabalho de alta relevância social, pois promove ações de caráter protetivo e de preservação da qualidade de vida dos idosos, oferecendo para esses sujeitos uma maior integração com a sociedade e possibilita manutenção da autonomia dos mesmo.

Segundo a coordenadora, a população idosa que participa do CCI conta com o apoio da assistente social e profissional que poderá ampará-la, orientá-la para que possa usufruir o bem-estar social do conhecimento dos seus direitos. Assim, o CCI proporciona aos idosos

momentos de formação para que estes estejam conscientes dos seus direitos e proporciona assim uma valorização da prática política dos idosos.

Esse fato reforça a possibilidade de construção de um projeto de sociedade mais justa. Os assistentes sociais que compartilham dessa direção entendem que seu papel fundamental é o de contribuir para o fortalecimento desses meios de informação e formação. Além disso, o conhecimento adquirido no CCI se estende para as famílias que são alertadas para o cuidado e zelo do bem-estar e garantia desses direitos, de maneira que haja respeito, liberdade e dignidade.

Observamos que o trabalho voltado ao fortalecimento do papel político dos idosos no CCI é forte, no qual os próprios idosos são estimulados a conhecer seus direitos, construindo alternativas para a explicitação de necessidades e a garantia da busca por resoluções que respondam as necessidades, a preservação das habilidades e potencialidades pessoais e a tomadas de decisões, entre outras.

Além disso, considerando que, o avanço da idade e o próprio processo de envelhecimento interferem diretamente tanto nas atividades básicas da vida, quanto nas instrumentais, principalmente nos idosos com maiores níveis de incapacidade funcional, percebe-se que aqueles que participam das aulas de dança mostram uma capacidade física maior que o comum.

Assim, considera-se a importância da atividade física no CCI para a manutenção desses componentes. Os treinamentos de flexibilidade, força, equilíbrio e outros componentes são destacados no desempenho das atividades cotidianas, possibilitando maior segurança e independência na vida dos idosos.

Também foi possível perceber os benefícios proporcionados pela prática da dança em relação à manutenção da saúde e das capacidades funcionais, permitindo concluir que ajuda na manutenção da autonomia e funcionalidade do idoso, assim são essenciais para um envelhecimento bem-sucedido, saudável e que idosos que frequentam os grupos de convivência são mais estimulados à prática regular de atividade física, influenciando de maneira positiva os seus níveis de autonomia.

CONCLUSÕES

Ao analisarmos a teoria com a prática, chegamos à compreensão no que se refere a perspectiva educacional do CCI quanto a dança, que através da prática de atividades físicas sistematizadas dá oportunidades para que os idosos desenvolvam sua autoestima, promoção

da saúde, da autonomia e independência. Sendo assim compreendemos que as práticas educativas desenvolvidas no CCI estão dentro de uma perspectiva transformadora, pois visa dar possibilidades para que os membros desenvolvam aprendizagens tanto de ordem do plano emocional como do cognitivo das pessoas

No que se refere a inclusão dos idosos percebemos que a promoção e a preservação da autonomia do idoso promovidas através das atividades realizadas no CCI são fundamentais na vida desses sujeitos, visando garantir-lhe atenção integral e a proporcionar sua participação ativa e cidadã, enquanto sujeito individual realizados suas atividades de forma autônoma e de coletiva a partir da sociabilização proporciona dentro de CCI e fora dele, a fim de que se torne um sujeito capaz de tomar as decisões e realizar ações necessárias a sua vida.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, Ana Amélia; CARVALHO, Daniele Fernandes; KANSO, Solange. Saída precoce do mercado de trabalho: aposentadoria ou discriminação?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3183-3192, 2019. BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

Dados do IBGE, Retirados do site **G1.globo.com**. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/em-2019-pais-tinha-6-milhoes-de-idosos-a-mais-que-criancas-com-menos-de-9-anos-diz-ibge.ghtml> >. Acesso em: 20, julho e 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política nacional do idoso em questão: passos e impasses na efetivação da cidadania. 2016.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant**, p. 1-11, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria Gloria. Educação Não-Formal e o Papel do Educador (a) Social. **Revista Meta: Avaliação**, v. 1, n. 1, p. 28-43, 2009.

LAGE, Allene Carvalho. Lutas por inclusão as margens do Atlântico: Um estudo comparado entre as experiências do Movimento Sem Terra/Brasil e da associação In Loco/ Portugal. Volume I dissertação de doutoramento. Orientador: Boaventura de Souza e Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2005. P. 2; 7; 452.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). Pesquisa Social: Método e criatividade. Petrópolis: 20ª edição, ed. Vozes, 1996.

MOREIRA, R. M. TEIXEIRA, R. M. NOVAES, K. O. **Contribuições da atividade física na promoção da saúde, autonomia e independência de idosos**. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, 2014.



Política Nacional de Saúde do Idoso, Portaria 2528 de 19 de outubro de 2006; o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/ 2003

Política Nacional do Idoso: Lei 8.842 de 04/01/1994- Brasília: MPAS, SAS, 1997. Prado, Shirley Donizete.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23^a ed. Revista atualizada, SP: Cortez, 2007.

TORRES, M. M. Sá, M. A. A. S. **Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.** Revista Ciências Humanas; Vol. 1, N. 2, 2008